

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2

Eduardo do Nascimento
(Organizador)



REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2

Eduardo do Nascimento
(Organizador)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Rede contestado de educação, ciência e tecnologia 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Eduardo do Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R314 Rede contestado de educação, ciência e tecnologia 2 /
Organizador Eduardo do Nascimento. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-375-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.757210508>

1. Educação. 2. Ciência e Tecnologia. I. Nascimento,
Eduardo do (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| A FORMAÇÃO DA COLÔNIA DE RIO DAS ANTAS E A GUERRA DO CONTESTADO (1911-1916) | |
| Márcia Janete Espig | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105081 | |
| CAPÍTULO 2 | 12 |
| A INCLUSÃO DIGITAL DE IDOSOS NA REGIÃO DO CONTESTADO | |
| Mônica Grandó | |
| Jane Suzete Valter | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105082 | |
| CAPÍTULO 3 | 24 |
| A PEDAGOGIA PRÁTICA DE JOÃO MARIA DE AGOSTINI | |
| Cleber Duarte Coelho | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105083 | |
| CAPÍTULO 4 | 33 |
| A PERSPECTIVA DE UMA PROFESSORA DA EPT NÃO LICENCIADA SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE | |
| Emanuelle Alves de Medeiros | |
| Eduardo do Nascimento | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105084 | |
| CAPÍTULO 5 | 44 |
| COMPARAÇÃO ENTRE DOIS MÉTODOS DE MAPEAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM UNIÃO DA VITÓRIA/PR | |
| Cléria Maria de Melo | |
| Bruna Aparecida Alves da Silva | |
| Mariane Félix da Rocha | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105085 | |
| CAPÍTULO 6 | 56 |
| CONSERVAÇÃO, INSERÇÃO E EXPANSÃO DE ABELHAS NATIVAS SEM FERRÃO NA APP E NO ENTORNO DO IFSC CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL-RAU | |
| Anderson José Antonietti | |
| Mário Cesar Sedrez | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105086 | |
| CAPÍTULO 7 | 69 |
| CORES E FRAGMENTOS NO MOSAICO ARTÍSTICO DO CONTESTADO | |
| Rita Inês Petrykowski Peixe | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105087 | |

CAPÍTULO 8..... 82

CULTURA E TECNOLOGIA NA REGIÃO DO CONSTESTADO: PERFIL DOS PARTICIPANTES DO PROJETO GRUPO DE DANÇA GAÚCHA DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE CÂMPUS VIDEIRA

Leila Lisiane Rossi
Bruno Pergher
Angela Maria Crotti da Rosa
Lizete Camara Hubler
Maurício Natanael Ferreira
Luiz Gustavo Moro Senko

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105088>

CAPÍTULO 9..... 91

DISPUTAS PELA MEMÓRIA DO TERRITÓRIO CONTESTADO: UM MAPEAMENTO DE PRESERVAÇÃO DA CULTURA CABOCLA

João Felipe Alves de Moraes
Diego Gudas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105089>

CAPÍTULO 10..... 103

ELEMENTOS PARA A PRÁTICA EXTENSIONISTA COMO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NO CONTEXTO INTERIORANO BRASILEIRO

William Douglas Gomes Peres
Letíssia Crestani

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050810>

CAPÍTULO 11 115

ESTUDO DO USO DE DETERGENTE NO CONCRETO NA REGIÃO OESTE CATARINENSE

Simone Aparecida da Silva Souza
Débora Fátima Alberici

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050811>

CAPÍTULO 12..... 126

ESTUFA PARA CULTIVO DE PLANTAS UTILIZANDO ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL LED: MONITORANDO GRANDEZAS ELÉTRICAS E AMBIENTAIS ATRAVÉS DE UM APLICATIVO PARA INTERNET DAS COISAS

Cláudio Eduardo Justin de Freitas
Lucas José da Rosa
Yuri Matheus Scheuer
Anna Baasch Raizer

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050812>

CAPÍTULO 13..... 139

IMIGRAÇÃO HAITIANA NA MICRORREGIÃO DE CONCÓRDIA: ASSOCIAÇÃO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

Jordan Brasil dos Santos

Jonathan Viana da Silva
Leon Mclouis Borges de Lucas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050813>

CAPÍTULO 14..... 151

INQUÉRITOS FORJADOS NO FIO DA DEGOLA: MAURICIO DE LACERDA E O DEBATE NACIONAL ACERCA DO CONTESTADO

Viviani Poyer

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050814>

CAPÍTULO 15..... 164

JOGOS PEDAGÓGICOS COMO FERRAMENTA DE ENSINO PARA ALUNOS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Mariquiel dos Santos

Claudio Adão da Rosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050815>

CAPÍTULO 16..... 174

MEMÓRIA REDIMIDA: O PROCESSO DA CONSTRUÇÃO DO MONGE JOSÉ MARIA COMO PERSONAGEM DE RPG

Christian Yuri Machowski

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050816>

CAPÍTULO 17..... 184

O NOVO VALE DOS IMIGRANTES: O CONFLITO ENTRE ECONOMIA E CULTURA

Alexandre Lima de Oliveira

Francine Soares de Almeida

Karen Wesseler Jung

Daniel Granada da Silva Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050817>

CAPÍTULO 18..... 192

O PATRIMÔNIO CULTURAL E INDUSTRIAL PRESENTE NO MUSEU HISTÓRICO E ANTROPOLÓGICO DA REGIÃO DO CONTESTADO

Lara Lima Felisberto

Merilena Alves de Lima Bueno

Juliana Aparecida Biasi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050818>

CAPÍTULO 19..... 205

OS HABITANTES DA GUERRA DO CONTESTADO (1912 – 1916): UMA ANÁLISE SOBRE O USO DO TERMO “CABOCLO” NA LITERATURA SOBRE O CONFLITO

Nathan Marcos Buba

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050819>

CAPÍTULO 20.....218

PERFIL SÓCIOECONÔMICO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NAS UNIDADES DE TRIAGEM DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Mariana da Silva Barreto
Eduarda de Magalhães Dias Frinhani
Renata Fornari

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050820>

CAPÍTULO 21.....231

PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS E IMIGRANTES: A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA CÂMPUS CAÇADOR

Bianca Gonçalves Sousa de Moraes
David Ferreira Severo
Diogo Moreno Pereira Carvalho
Marta Ferreira da Silva Severo
Mayara Tsuchida Zanfra
Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050821>

CAPÍTULO 22.....243

PROTAGONISMO DISCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA OPORTUNIDADE PARA A DESCOBERTA DA AUTONOMIA

Ana Claudia Viero
Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento
Eduardo do Nascimento Karasinski

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050822>

CAPÍTULO 23.....253

SALTOS DA HISTÓRIA: PERMANÊNCIAS DO CONTESTADO EM GODOFREDO DE OLIVEIRA NETO

Natan Schmitz Kremer
Alexandre Fernandez Vaz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050823>

CAPÍTULO 24.....265

SIMBOLOGIA CEMITERIAL NO CONTESTADO: LINGUAGEM, ARTE E RELIGIOSIDADE PROPOSITIVAS TEÓRICAS

Alcimara Aparecida Föetsch

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050824>

CAPÍTULO 25.....277

SUCESO DA ATER EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DO CONTESTADO EM SANTA CATARINA: CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA A PARTIR DE UMA REDE DE ATORES

José Antônio Louzada
Guilherme Radomsky

Marcelo Antônio Conterato

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050825>

CAPÍTULO 26.....289

TERRITORIALIDADE CABOCLA E DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

Gabriela Haswany de Almeida

Katya Regina Isaguirre-Torres

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050826>

CAPÍTULO 27.....300

TERRITÓRIO E TENSÕES DE TERRITORIALIDADES: UM DEBATE SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DO CONTESTADO

Marcia Chmura

Diane Daniela Gemelli

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050827>

CAPÍTULO 28.....314

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: O RETRATO DE UMA REALIDADE A SER ENFRENTADA

Andrea Alves Cavalet

Hillevi Maribel Haymussi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050828>

SOBRE O ORGANIZADOR.....326

INQUÉRITOS FORJADOS NO FIO DA DEGOLA: MAURICIO DE LACERDA E O DEBATE NACIONAL ACERCA DO CONTESTADO

Data de aceite: 23/07/2021

Viviani Poyer

Pesquisadora do Grupo de Pesquisa sobre o Movimento do Contestado e do INCT Proprietas, Universidade Federal da Fronteira Sul UFFS Chapecó

RESUMO: O presente artigo apresenta parte da pesquisa realizada nos periódicos nacionais e anais da Câmara dos Deputados Federais, para o desenvolvimento da tese de doutorado intitulada: Fronteiras de uma guerra: imigração, diplomacia e política internacional em meio ao Movimento Social do Contestado 1907-1918. Além destas, outras fontes foram utilizadas e o método microhistórico foi o balizador para o seu desenvolvimento. Os discursos proferidos pelo deputado federal Mauricio de Lacerda a partir de maio 1916 e publicizados por diversos periódicos da época, são o alvo deste recorte. Nestes o deputado exigia sobretudo, respostas formais ao Ministério da Guerra e ao general Setembrino de Carvalho, sobre aspectos mal resolvidos, durante a última campanha do Exército no Contestado. A partir da pesquisa realizada nos Anais da Câmara dos Deputados, foi constatado também a existência de longos e calorosos debates na pauta da Câmara, entre os meses de maio e julho de 1916. Naqueles, o parlamentar aponta diversos casos que envolviam a atuação das forças civis, sobretudo, dá ênfase à Chacina do Iguazu, episódio em que 17 homens, na sua maioria imigrantes estrangeiros, foram degolados

às margens do rio Iguazu.

PALAVRAS-CHAVE: Contestado, Chacina do Iguazu, Mauricio de Lacerda, debate nacional.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta um recorte da pesquisa realizada nos periódicos nacionais, para o desenvolvimento da tese de doutorado intitulada: Fronteiras de uma guerra: imigração, diplomacia e política internacional em meio ao Movimento Social do Contestado 1907-1918. O objetivo geral da tese, foi buscar compreender por meio da análise de casos que envolvem imigrantes europeus, aspectos da política internacional praticada pelo Brasil principalmente no que diz respeito à imigração europeia e questões diplomáticas, em meio a este movimento. Os diversos casos estudados na tese, entre eles o referente a chacina do Iguazu, possibilitaram perceber, como imigrantes tomaram lugar de sujeito de ação e de articulação, e estabeleceram redes que mobilizaram meios os mais diversos, fazendo com que governos estaduais, federal e até mesmo de seus países de origem se alertassem às questões relacionadas à situação encontrada e vivida por eles aqui no Brasil.

A discussão aqui apresentada é fruto da análise desenvolvida sobre notas publicadas nos jornais da época, com ênfase aos discursos proferidos pelo deputado federal fluminense

Maurício de Lacerda, a partir de maio 1916. As diversas notas analisadas tratavam-se de transcrições praticamente integrais de seus discursos, por meio dos quais o deputado exigia respostas formais do Ministério da Guerra, e mais especificamente do general Setembrino de Carvalho, sobre aspectos mal resolvidos, durante a última campanha do Exército no Contestado.

Ao me utilizar dos periódicos como fontes, pude perceber a amplitude e o raio de ação que esses importantes veículos tinham na época. Os periódicos davam voz ao imigrante e/ou às famílias das vítimas, investigando e contando em detalhes os fatos ocorridos por meio da publicação de cartas e de depoimentos. Também supriam de informações os consulados e, muitas vezes, serviam até mesmo de sede para reuniões e discussões sobre medidas a serem tomadas pela comunidade imigrante. Como foi o caso dos jornais estrangeiros no Brasil, que publicaram notas sobre as reuniões da colônia espanhola e italiana a serem realizadas quando da ocorrência da chacina do Iguazu.

Por meio da presente pesquisa, pude mostrar como imigrantes de diferentes nacionalidades souberam fazer uso desse veículo como uma poderosa ferramenta. Fossem publicados na língua materna ou em português, no país ou fora dele, os jornais tiveram um importante papel na formação de opiniões, posturas e ações por parte até mesmo dos poderes públicos. Levaram ao conhecimento do público leitor aspectos muitas vezes velados no *front* de batalha ou discutidos longe dos olhos da sociedade, como no quartel general, nos Ministérios ou no Congresso Nacional.

O conhecimento dessas notas me levaram a constatar tais discursos registrados na íntegra nos Anais da Câmara dos Deputados, onde fora desenvolvida extensa pesquisa referente aos meses de maio e julho de 1916, e analisados os longos e calorosos debates travados entre os parlamentares envolvidos com a questão e possibilitaram descobrir questões reveladoras.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho foi possível graças aos registros encontrados em diferentes arquivos, que, tomados e analisados como fontes históricas, apontaram para diversas situações difíceis de serem estudadas se fossem casos que envolvessem apenas nacionais, justamente pela ausência de qualquer forma de registro. Por meio do olhar micro, pude compreender questões macro relacionadas à política imigratória, política internacional e, ainda, a aspectos da política nacional brasileira, bem como desenvolver uma percepção ampliada e mais próxima da realidade vivida por caboclos, sertanejos, nacionais pobres ou remediados, durante a Guerra do Contestado, principalmente na sua última fase, quando as perseguições aos redutos aumentaram, e as contendas pessoais se avultaram. Parafraseando LEVI (2017), a redução de escala me possibilitou não só reconstruir histórias individuais, como ver algo de ‘grande’ dentro do micro e explorar questões não perceptíveis

por meio de outra escala de análise.

Para o desenvolvimento da abordagem do tema a partir da perspectiva da micro-história, foi necessário além de intenso levantamento documental e sua problematização, um cruzamento entre as fontes que interpretadas como indícios me possibilitaram reconstituir não “o que realmente aconteceu”, mas sim “tudo o que produziu o que aconteceu e o que poderia ter acontecido” (ROSENTAL, 1998, p. 172).

Os documentos tomados como fontes históricas precisam ser lidos a luz de questionamentos diversos. Como diria Le Goff (2003), precisam ser levadas em consideração as condições em que foram escritos e percebê-los também enquanto possíveis instrumentos de poder, “pois o que sobrevive não é um conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operaram no desenvolvimento atemporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.” (LE GOFF, 2003, p. 525).

Ao acessar tais documentos, torna-se inevitável a sua crítica, é claro que isso não é tão novo assim, diria Foucault (2009), contudo atualmente a postura do historiador diante do documento vem se transformando, uma vez que o documento não é mais tratado como “matéria inerte” por meio da qual o historiador tenta reconstituir os feitos humanos. Cabe a história muito mais do que interpretar ou determinar se tais documentos dizem a verdade ou não, “trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações.” (Foucault, 2009, p.7). Mais do que interrogá-los e problematizá-los, temos que considerar quem os escreveu, em que momento, em que condições.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Se referindo aos reflexos da Guerra do Contestado no cenário político brasileiro e mais especificamente como o conflito repercutiu no Congresso Nacional, Paulo Pinheiro Machado, afirma que “[...] sobre as causas do conflito, o único debate sistemático é provocado por intervenção do deputado Maurício de Lacerda.” (MACHADO, 2004, p. 280). Contudo, o autor coloca em sua obra que, “[...] os exemplos de usurpação de terras apontados por Lacerda são quase todos procedentes do extremo-oeste do Paraná, onde grandes empresas argentinas mantinham latifúndios para produção de erva-mate, com emprego de mão-de-obra nacional em regime de semiescravidão.” (MACHADO, 2004, p. 280). De fato, durante o período/recorte temporal objeto da pesquisa de Machado, não existiram debates no Congresso Nacional que envolvessem de forma mais ampla a atuação do Exército e das forças civis, dando-se os mesmos somente a partir de meados de 1916 e constatados a partir do presente trabalho.

A voz solitária do deputado federal Maurício de Lacerda começou a ecoar e repercutir

nacionalmente a partir de uma longa entrevista concedida ao jornal, *O Imparcial* da Capital Nacional em 30 de abril. Nesta Lacerda fala de seus projetos de “pacificação” do Contestado e de anistia aos “fanáticos”, bem como aos criminosos de diferentes “categorias” que havia pela região. Projetos esses que tramitaram no ano de 1914, mas que, ao que tudo indica, acabaram não sendo colocados em prática. Porém, nessa longa nota, seu objetivo era outro, denunciar as ações do Exército brasileiro na última campanha do Contestado sob o comando do general Setembrino de Carvalho, bem como as consequências funestas ao utilizar os serviços dos vaqueanos como forças civis. Seu alvo direto era o coronel Fabrício Vieira e seus homens, que continuavam sob domínio de grande quantidade de armas fornecidas pelo governo federal, por meio do Exército, entre elas aproximadamente 150 fuzis Mauser,

O certo é que o chefe militar da expedição, com pasmosa solução de continuidade passava desses planos para as guerrilhas, que deviam ser chefiadas pelos bandoleiros de Fabrício, aos quais o governo passou, com as armas, que lhe forneceu, nada menos de cento e cinquenta fuzis Mauser ainda não restituídos o direito de baração e cutello sobre as populações, direito que elle exerceu pela degolla dos homens, pelo estupro e, defloramento das mulheres, pelo incendio das casas, pelo saque dos dinheiros nos cofres e nos bolsos dos prisioneiros, pela rapinagem do gado e até das gallinhas de revoltosos e neutros. (*O Imparcial*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1916)

Diz ele que, preocupados o governo e os representantes do legislativo com a Guerra na Europa e com as barbáries cometidas por lá, esqueceram todos de olhar para as atrocidades que aconteciam aqui, em território nacional, e que os atos cometidos entre a Estrada de Ferro São Francisco e o rio Iguaçu foram, de certa forma, ocultados ou negligenciados pelas forças militares e, por fim, mandados atestar por delegados da região que,

[...] à vista dos ossos espalhados e das caveiras carregadas pelos corvos, [...] por uma comissão, que começou o inquerito em Barra Feia e o acabou em Curityba, attestaram que as victimas treze italianos, polacos, russos, hespanhoes e allemães e quatro brasileiros, haviam sido fuzilados nesses logares. (*O Imparcial*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1916)

Mauricio de Lacerda, nesse trecho de sua entrevista se referia ao caso abordado por Demerval Peixoto (1995, v.3) em sua obra sobre a Campanha do Contestado, e aprofundado ao longo do desenvolvimento de minha pesquisa de doutorado ao qual intitulo, *Chacina do Iguaçu*.

Esta ocorreu na noite do dia 21 para 22 de novembro de 1914, envolveu 12 imigrantes estrangeiros estabelecidos na região e de diferentes nacionalidades: italianos, poloneses, russos, espanhóis, alemães, austríacos e portugueses e 5 brasileiros. Esses homens viviam a 3 meses aproximadamente, na margem direita do rio Iguaçu, trabalhando no cultivo de batata, criação de pequenos animais, bem como na coleta de nó de pinho, para servir de lenha para as locomotivas da Estrada de Ferro. O chefe do grupo José Lyro

Santi, imigrante italiano, era empreiteiro do Ramal São Francisco, mas como as obras estavam paralisadas durante aquele período, levou seu grupo para as terras, que ficavam na altura de Canoinhas no lado paranaense, para trabalhar e tirar algum sustento enquanto os serviços no Ramal não eram retomados. Esses foram sequestrados por homens de confiança do Coronel Fabrício Vieira, entre eles Isaias Daniel e João Ruas, e levados de lancha à margem esquerda do rio Iguaçu, região conflagrada pelo conflito armado.

Ao mesmo tempo, parte do grupo de vaqueanos liderados pelo afamado Dente de Ouro, desembarcou em outro ponto do rio, violentou a esposa de um comerciante local, incendiou seus pertences e o sequestrou, levando a vítima ao encontro dos demais que os aguardavam a beira do Iguaçu, para partir em direção ao local conhecido como Porto Jararaca, atual comunidade de Felipe Schmidt no município de Canoinhas em Santa Catarina. Ali foram degolados um a um e seus corpos, de acordo com o laudo cadavérico e com depoimentos de moradores da região, ficaram espalhados pelo chão.

Voltando a entrevista concedida por Lacerda, nessa consta que por meio de instruções governamentais, foram feitos “arranjos” no inquérito com o objetivo do governo federal não pagar à família de Giuseppe Lyra (José Lyro Santi) a indenização estipulada em 100 contos de réis, reclamada pelo consulado italiano; e que o italiano fora acusado por Fabrício Vieira de contrabandista de sal, acusação essa documentada pelo intendente de Barra Feia chamado Martins, que vendia sal à Giuseppe e forneceu uma espécie de nota/atestado a pedido do próprio coronel Fabrício, com a intenção de dar origem a diligência e à acusação de prática de contrabando. O parlamentar complementava ainda que,

Quando um oficial, nesta cidade, denunciou essa degolla que os jornaes de Curityba descreveram, mostrando os sargentos cobrindo os rostos horrorizados durante a execução, o governo da Republica, em vez de punir o barbaro assassino, que o Diario de Curityba classificava de Banditismo dos banditismos, sendo acompanhado pelo Commercio do Paraná, e pela A Tribuna, de dezembro de 1914, ameaçando de punição o official denunciante, e para assim evitar o pagamento da indemnização diplomatica, forçou-o a declarar sob pena disciplinar que os executados tinham sido fuzilados e não degollados. (O Imparcial, Rio de Janeiro, 30 abr. 1916)

O deputado continua a denunciar os subordinados do coronel Fabrício por meio de outros casos acontecidos naquela região, como da morte de um italiano conhecido por Zamboni. Esse, mais uma das vítimas dos fabricianos, foi morto sem obedecer a qualquer “fórmula de direito”, apenas seguindo aos instintos violentos daqueles vaqueanos que o mataram a tiros no lugar denominado Sé do Iguaçu, cujo corpo permaneceu insepulto por cerca de cinco dias, até que a família de Candido Mozart, que possuía uma serraria próxima ao local do crime, reclamou contra o mal cheiro, e o corpo do dito homem foi enterrado em um curral.

Lacerda não cita os casos de forma a suscitar compaixão do público leitor em relação às mortes, na sua maioria, de inocentes ocorridas durante a Guerra do Contestado,

mas com a intenção de atingir o Governo Federal, Ministério da Guerra, Exército e, em última instância, o general Setembrino de Carvalho. Isso é perceptível quando, logo após relatar os crimes, ele faz cobranças do governo, em relação a punições dos criminosos, aos valores pagos às forças civis e às armas concedidas à esses grupos e nunca devolvidas ao Exército. Afirma ainda, que a punição dada aos vaqueanos foi o elogio feito pelo general Setembrino à Fabricio Vieira, bem como “[...] a distribuição dos mil contos votados pelo Congresso por folhas de pessoal viciadas, com quarenta por cento de nomes fantásticos, bem como em distribuição de armamentos e do direito que lhe deram de confisco sobre os bens dos vencidos.” (O Imparcial, Rio de Janeiro, 30 abr. 1916).

As acusações não cessam por aí, em tom alarmante denuncia que o crédito concedido pelo Congresso Nacional ao general, de cerca de mil contos, fora gasto nos passeios militares entre Curityba (sede do comando) e Porto União, bem como nos vinhos, licores, doces e ovos; e que os desvios de verbas existiram até no fornecimento de alfafa fornecida à coluna Leste, sob o comando do coronel Sócrates, que, solicitando 800 quilos, recebeu somente 300, contudo, ao registrar, fora colocada a quantia solicitada. O deputado finaliza a sua entrevista ao jornal afirmando que, para esclarecer tais fatos e aplicar anistia em determinados casos, iria solicitar informações ao governo e, de acordo com as mesmas, reclamar a responsabilidade dos autores sob os diversos crimes do Contestado.

Em 23 de maio de 1916, quase um mês depois das denúncias feitas por meio da entrevista concedida ao periódico *O Imparcial*, Mauricio de Lacerda apresenta o seguinte requerimento à Câmara dos Deputados:

Requeiro, por intermedio da Mesa, que o Governo informe quaes os termos dos relatorios apresentados pelos generaes Carlos Mesquita e Setembrino de Carvalho sobre as operações militares no Contestado, bem como os nomes dos cidadãos que tenham soffrido pena de morte, sua nacionalidade, idade, sexo e motivo da pena e os documentos relativos a seu processo até final condemnação.

No caso de terem sido summarissimas taes execuções, sem fórmula de processo e não ordenadas pelo chefe da expedição militar, quaes as providencias pelo Governo tomadas para punição dos autores desses actos criminosos. (Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 23 mai. 1916, p. 398).

Tal requerimento não foi votado na referida sessão, ficando a sua deliberação adiada e retomada no dia 29 daquele mesmo mês. Nessa, o deputado pede a palavra e, após reapresentação do requerimento, procura fazer também uma espécie de recapitulação dos aspectos levantados anteriormente. Inicia sua fala lembrando que, quando Setembrino de Carvalho chegou na região do conflito, as palavras que imperavam até mesmo nas ordens do dia eram persuasão, sugestão, convite, bondade e carinho no tratamento aos revoltosos, antes de se utilizar de qualquer forma de represália. Essa impressão fez com que o deputado deixasse, naquela ocasião, até mesmo de apresentar o seu projeto de anistia, confiando nas providências que o governo federal tomaria por meio do comando

daquele general. Contudo, diz que é com muita tristeza e amargura que, embasado em documentos de sua posse, endossa tal requerimento, pedindo providências por parte do governo diante das dolorosas histórias que se passaram no Contestado a partir da organização das tropas em campanha, nas quatro colunas volantes.

Acusa a coluna Norte como a envolvida nos casos mais polêmicos, como o assalto à cidade de Canoinhas nas vésperas do Natal de 1914. Afirma ainda que o general Setembrino, cansado de usar de humanidade e de cordura para com os “jagunços”, resolvera tomar outra atitude. Lacerda se utiliza de parte do discurso do parlamentar paranaense João Pernetta, para reforçar a sua acusação, porém este último com uma postura defensiva do general Setembrino de Carvalho, diz que ele não mudara de opinião e sim de tática de guerra, que passara da forma defensiva para a ofensiva geral, termo utilizado pelo militar Demerval Peixoto (1995), para intitular o volume três de sua obra sobre a Campanha do Contestado.

Lacerda continua afirmando que as mortes por meio de degolas ou fuzilamentos iam se dando, se salvando somente mulheres e crianças menores de nove anos, porque as maiores poderiam pegar em armas contra as tropas militares. E que elementos civis, dos piquetes ou chamados batalhões patrióticos, comandados por Fabricio Vieira, eram o tipo mais completo de bandido das serras ou dos sertões. Sendo esse rodeado de criminosos que cometiam as mais horrendas atrocidades, como seu filho Maurilio Vieira, que tinha fama de matar crianças menores de dois ou três anos de idade com sua espada, de defloradores e/ou estupradores como Salvador Pinheiro Machado (o afamado Dente de Ouro) e ainda de degoladores profissionais como João Ruas. Seus homens roubavam dinheiro, armas, animais, arreios ou qualquer outro bem que pudesse ter valor, “[...] organizava expedições contra os homens mais ricos da região, e para que não restasse sombra dos seus furtos, mandava degollal-os, como fornecedores de fanaticos.” (Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 29 mai. 1916, p. 525).

Após essa introdução, passa a narrar o episódio do Iguazu, contando em detalhes a sua versão dos fatos, apurada a partir de pesquisas realizadas em cartas e demais documentos enviados a ele. Como provas de suas acusações, Mauricio de Lacerda leu parte dos documentos reunidos e apresentou uma carta enviada pelo sargento Waldomiro Telles ao sargento Saturnino, que acompanhou os homens de Fabricio Vieira em todo o episódio:

“Caro amigo Saturnino”.

[...] “Ao tenente dei um pequeno relatório referente ao facto das mortes dos 17 homens...”

Vê-se que está provado que morreram 17 homens. (Fala de Lacerda)

“... mas este relatório muito simples em sua narração, disse que tu foste o commandante da força, mas o coronel Fabricio, escrevendo uma longa carta ao general, tomou a responsabilidade do facto a si e até agora não tivemos

ainda comunicação nenhuma do general sobre estas questões. O que acho muito propenso em muito breve tempo batermos em Curytiba, salvo si o general resolver entregar ao coronel Fabricio 600 homens a que elle alludiu. [...]. (Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 29 mai. 1916, p. 529).

Dentre todas essas correspondências trocadas, a que mais chamou atenção foi a que Fabrício Vieira afirma terem sido instaurados dois inquéritos sobre o episódio do Iguauçu, um policial civil e outro policial militar, que haviam de passar instruções ao sargento de como ele deveria proceder ao ser interrogado, e que tudo isso tinha por objetivo não pagar a indenização exigida pelo governo italiano.

[...] “O negocio é só para o nosso Governo não pagar aos italianos. Mandarei a esquadra do Joaquim para substituir a do Vianna e mando outra esquadra para substituir o compadre Adelinio, visto elle ir para o Porto das Moças. É tudo a nosso benefício como já disse aqui fallámmos. Saude e fraternidade. – Coronel Fabricio Vieira.” (Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 29 mai. 1916, p. 529).

Após leitura dessa última missiva trocada entre os criminosos e cúmplices, o deputado coloca ainda, que bem provavelmente todo o processo de investigação, desde a formalização das denúncias, à instauração dos inquéritos e ao exame cadavérico, foi intencionalmente tardado para dar maior veracidade à versão contada pelos criminosos e, sobretudo, fortalecer a hipótese de que os homens haviam sido fuzilados e não degolados. Como forma de comprovar sua acusação, ele apresenta ainda uma outra informação, em que diz saber que um oficial do Exército do Rio de Janeiro, após denunciar o fato, foi ameaçado e teve de se retratar, revendo a sua declaração e assumindo a versão de que os homens haviam sido mortos não por meio de degola, mas por fuzilamentos.

O caso da chacina do Iguauçu é tratado quase como uma raridade, numa terra sem lei, em que imperavam os mandos e desmandos dos coronéis locais, atitudes como a de Fabricio Vieira e seu bando de vaqueanos sempre passavam impunes quando não despercebidas pelos poderes públicos. Segundo o próprio Lacerda, “[...] ahi, ao menos, se procedeu a inquerito militar e policial” (Anais da Câmara dos Deputados, 29 mai. 1916, p. 529) e quantas outras mortes não houve nada disso! Como no caso de um vizinho chamado Manoel Machado, que Fabrício Vieira mandou matar por desavenças em torno da questão de terras, ficando o caso sem investigação alguma, e o aqui já relatado caso do italiano Zamboni. Também faz outras constatações curiosas como o de Francisco Vecchio, conhecido por Chico Fabricio, morto no local denominado Sede Iguassú por um vaqueano de Fabricio Vieira, chamado Heitor Vianna Silva. Sobre esse assassinato, “[...] ficou provado pelo inquerito que o autor da morte de Chico Fabricio, era o proprio morto [...].” (Anais da Câmara dos Deputados, 29 mai. 1916, p. 529).

Em caloroso debate entre Mauricio de Lacerda e o deputado paranaense João Pernetta, esse último em defesa do general Setembrino de Carvalho e suas ações ou estratégias de guerra tomadas no Contestado, Lacerda questionava por que até aquela data,

Setembrino de Carvalho ainda não havia apresentado publicamente seu relatório acerca da campanha? E por que o governo da República não publicava o referido documento e tratava de processar Fabrício Vieira por seus atos?

Enfatizava ainda que: “O coronel Fabricio degollou estrangeiros, degollou brasileiros, fuzilou, procedeu morticionios de creanças, saqueou, roubou incendiou, e, sobre isto tudo paira o silencio, um silencio, como disse, que sendo impunidade, é um silencio de cumplicidade.” (Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 29 mai. 1916, p. 546.) No dia 31 de maio o deputado Mauricio de Lacerda apresentou à Câmara dos Deputados um outro requerimento, agora bem mais amplo, constando 14 pontos a serem esclarecidos pelo governo federal. Segue alguns pontos requeridos:

3º, quaes os termos dos contractos de vaqueanos ou piquetes de civis de Pedro Ruivo, Fabricio Vieira e seus subordinados, numero do seu pessoal, prazo do contracto, vencimentos recebidos (soldo, etapa, gratificação), total das mais despezas com os respectivos civis ou “batalhões patrioticos”, nomes dos vaqueanos contractados e data da inclusão de cada;

6º, qual o armamento fornecido pelo Governo aos mesmos, si foi restituído, em que quantidade e onde se encontra; qual o numero de rezes, animaes, arreios, armas e outras mercadorias, bem como valores ou dinheiro, requisitados, confiscados, apprehendidos ou tomados pelos mesmos “batalhões” aos civis ou “fanaticos”, bem como o seu destino, e qual tambem o da lancha Rosa, de motor a gazolina, igualmente apprehendida;

7º, qual o numero e nome dos prisioneiros feitos pelos referidos “batalhões”, seu destino, seus nomes, idades e nacionalidades, bem como as datas e combates ou logares do respectivo aprisionamento;

8º, qual o motivo das execuções capitaes ou penas de morte impostas nesses “batalhões” aos jagunços aprisionados, bem como a cópia dos inqueritos relativos ás mortes de Giuseppe Lyra e 16 companheiros, nacionaes e estrangeiros, degolados ás margens do rio Iguassú, por Adelino Vieira e Domingos de tal, subordinado, este, e aquelle, genro de Fabricio, commandante do “batalhão patriotico”; destino de seus haveres, nome de cada um, nacionalidade e logar do aprisionamento; cópia do inquerito ou processo referente á morte ou fuzilamento de Francisco Vechio, vulgo “Chico Fabricio, ou italiano”, por Vianna, vaqueano de Fabricio; cópia do inquerito relativo ao fuzilamento de Manoel Machado, em Sé de Iguassú, e de Zamboni de tal, em frente á serraria de Candido Mozart; cópia do inquerito sobre a morte de Antonowsky, um seu camarada e filho, sob a direção de Adelino Vieira; cópia do inquerito sobre a morte do capataz de Arthur Paula e Souza; [...] (Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 31 mai. 1916, p. 590-592.).

Essa citação traz alguns dos pontos exigidos pelo parlamentar, muitos com certeza, por melhores que fossem suas intenções, eram praticamente impossíveis de serem respondidos, outros eram uma questão de querer ou não os responder; o fato é que, a 07 de junho, foi aprovado o requerimento por meio de votação na Câmara dos Deputados na Capital Federal. Acredito que Lacerda tenha formulado tais questões com base nas

pesquisas realizadas nos periódicos da época, como também por meio de “depoimentos” e cartas, muitas vezes confidenciais, enviadas por militares que estiveram combatendo na região e que ele próprio cita.

A 13 de junho, Lacerda apresentou uma emenda a ser agregada ao requerimento que é colocada em discussão em 15 de junho, por meio desse texto requeria do Tribunal de Contas, por intermédio do Ministério da Fazenda, que fossem prestadas informações relativas às despesas com as expedições militares de 1914, 1915 e 1916 no Contestado, ou que tenham sido pelo referido Tribunal impugnadas cifras e espécie de cada uma. Essa emenda surgiu logo após o Deputado tomar conhecimento das conferências realizadas por Setembrino de Carvalho, no Clube Militar, importante centro de articulação política e corporativa dos militares na cidade do Rio de Janeiro. Dizia ele que, para justificar as barbáries cometidas por subordinados civis ou militares, o general citou os atos dessa natureza também praticados anteriormente por Aleixo Gonçalves, Antônio Tavares e Bonifácio Papudo.

Lacerda fez um grande discurso sobre as formas e consequentes justificativas que eram utilizadas pelo governo federal para reprimir as rebeliões que aconteciam no Brasil desde Canudos até o Contestado, condenando o sentimento de vingança que parecia imperar até mesmo entre os oficiais militares.

Após longos debates entre Mauricio de Lacerda, João Pernetta e também o deputado Antônio Carlos, líder do governo na Câmara, sobre as conferências de Setembrino de Carvalho, o deputado fluminense voltou a afirmar que o inquérito civil acerca do episódio do Iguazu tinha sido uma falcatura, em que as testemunhas haviam sido escolhidas a dedo, com nomes feitos a lápis e, posteriormente, cobertos a tinta. Esperava mais do inquérito militar, mas que esse também tinha sob suspeita a sua lisura, diante das circunstâncias em que fora elaborado.

Em sua fala sobre o episódio da Chacina do Iguazu, a questão mais polemizada por Lacerda, foi sobre a exumação realizada pelo perito militar acontecer muito tempo depois das mortes quando já não era mais possível constatar a forma como os homens haviam sido mortos. Contudo, dá destaque à questão de terem sido indiciadas como testemunhas, alguns dos responsáveis pelo crime. Dessa forma, a conclusão feita pelo responsável do inquérito era embasada unicamente nos depoimentos dos indiciados, que diziam que as vítimas teriam morrido em combate com as forças civis, ao se negarem supostamente mostrar os depósitos de produtos contrabandeados com os sertanejos em guerra.

Por sua vez o deputado Antonio Carlos (líder do governo na Câmara) afirmava que as acusações do colega parlamentar se tratavam de pura fantasia, que Lacerda pairava numa região de generalidades, que apresentava à Câmara degolamentos bárbaros, morticínios, devastações, saques, incêndios de povoações e tantos outros fatos graves sem apresentar provas cabais, e que esse, por não ter estado na zona onde se deu o conflito, ignorava as notícias honrosas acerca das expedições militares para lá enviadas. Dizia ainda que, “[...]”

como paladino de uma campanha que não tomou vulto, nem certamente tomará contra essa expedição, surge apenas o Sr. Mauricio de Lacerda.” (Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 16 jun. 1916, p. 601)

As discussões sobre o requerimento se arrastaram até o dia 20 de junho, seguindo o líder do governo na Câmara, defendendo o general Setembrino de Carvalho, e Lacerda acusando-o de conivência com as ações dos vaqueanos de Fabrício Vieira e de admitir degolas feitas até por oficiais militares a partir de janeiro de 1915. Entre as falas de Lacerda está a reivindicação de submeter Setembrino de Carvalho ao conselho de guerra, uma vez que acreditava que somente assim poderia se apurar os culpados e definir suas responsabilidades.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A postura de conivência e de cumplicidade com os diversos atos criminosos praticados pelas forças civis durante a Guerra prova a dependência bélica e contingencial que o Exército tinha em relação aos diversos grupos de vaqueanos liderados por coronéis e fazendeiros da região, mas, sobretudo, prova o quanto esses chefes locais se aproveitaram do Exército, a fim de manter e assegurar privilégios. Já por sua vez o estudo acerca da Chacina do Iguazu pode ser tomado como uma prova de que o Exército brasileiro não havia se modernizado como tentavam mostrar. Ao fazer vistas grossas aos atos criminosos praticados pelos vaqueanos, o Exército alimentava o poderio local de Fabrício Vieira e de outros coronéis e fazendeiros, que diante das atrocidades, saques e falcatruas corroboram no sentido de demonstrar a ingerência do Exército sobre tais grupos durante a Guerra. A falta de respostas e a defesa do general Setembrino de Carvalho na última campanha no Contestado por parte de alguns membros do Congresso remetem, ainda, à impotência em fiscalizar os atos daquela instituição militar e do próprio poder executivo.

Os diversos discursos proferidos pela voz solitária do Deputado Federal Mauricio de Lacerda ganharam espaço em periódicos da Capital Federal e tornaram públicos, mesmo que tardiamente e com alguma inconsistência nas informações, aspectos que caracterizaram um lado até então desconhecido da sociedade acerca da Guerra do Contestado.

Independente das questões de ordem política partidária, que sempre influenciaram e influenciam a imprensa, utilizá-la como fonte, com os devidos discernimentos, possibilitou perceber aspectos que demonstram o persistente arcaísmo da sociedade brasileira naquele momento e evidenciam a força do poder local, estabelecido a partir das relações de coronelismo instituídas costumeiramente na região. Em vez de acuado e domado pelas forças federais esses chefetes locais, de forma inovadora, fortaleceram-se a partir das relações de cooperação e cumplicidade estabelecidas entre políticos locais, coronéis, vaqueanos e o Exército brasileiro.

Os inquéritos foram abertos, os responsáveis eram do conhecimento de todos,

mas os culpados nunca foram condenados! Contudo, se não tivéssemos o compromisso atribuído ao historiador, talvez coubesse aqui a frase de Demerval Peixoto, quando narra o episódio do Iguçu no terceiro volume de sua obra, sobre a última Campanha militar no Contestado: “deixemos este episódio mal narrado e passemos às narrativas mais suaves.” (PEIXOTO, 1995, p.17). Cabe ressaltar, contudo, que muitos casos como esses devem ter ocorrido no Contestado, envolvendo caboclos, pobres moradores da região e ou pequenos proprietários de origem nacional, mas esses na sua maioria tendem a se tornar invisíveis à história, principalmente pela falta de fontes que possam nos ajudar a dar a necessária visibilidade aos mesmos e desvelar outras nuances acerca do Movimento Social do Contestado.

REFERÊNCIAS

BRAUDEL, Fernand. **A identidade da França**. Rio de Janeiro: Globo, 1989, p. 262.

CARVALHO, Fernando Setembrino de. **Relatório apresentado ao general José Caetano de Faria, ministro da Guerra, pelo comandante das forças em operações de guerra no Contestado**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

LEVI, Giovanni. O pequeno, o grande e o pequeno. Entrevista com Giovanni Levi. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 37, n. 74, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v37n74/1806-9347-rbh-37-74-00157.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995, v.3.

ROSENTAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

VENÂNCIO, Renato Pinto. A história e a micro história: uma entrevista com Carlo Ginzburg. **LPH Revistas de História**. Departamento de História UFOP, MG, v. 1, NPI, 1990.

Periódico. O Imparcial – RJ

Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 23 mai. 1916, p. 398. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp#>. Acesso em: 30 nov. 2016.

_____. Rio de Janeiro, 29 mai. 1916, p. 525. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp#>. Acesso em: 30 nov. 2016.

_____. Rio de Janeiro, 31 mai. 1916, p. 590-592. Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp#/> >. Acesso em: 30 nov. 2016.](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp#/)

_____. Rio de Janeiro, 16 jun. 1916, p. 601. Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp#/> >. Acesso em: 02 dez. 2016.](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp#/)

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

